

## EDITORIAL GUAJU VOLUME 7, N. 1, 2021

A Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável lança sua primeira edição do ano de 2021. Essa edição mantém o caráter plural e interdisciplinar, apresentando um conjunto de estudos relativos à temática do desenvolvimento e suas interfaces com as questões territoriais e socioambientais.

Essa edição apresenta propostas teórico-metodológicas e experiências e casos, com especificidades de diferentes regiões do Brasil. Os debates empreendidos pelos artigos aqui apresentados têm reforçado o que o contexto de pandemia e seus efeitos desiguais têm evidenciado, a necessidade de reflexão, urgente e fundamentada, acerca das questões do desenvolvimento e suas interconexões disciplinares e transescalares. Aspectos esses que serão apresentados ao leitor nesta edição.

O primeiro artigo, intitulado “Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos”, que se apresenta, também, com uma versão em inglês, é de autoria de Valdir Roque Dallabrida, Edemar Rotta, Pedro Luís Büttenbender, Valdir Frigo Denardin e Livio Osvaldo Arenhart. O artigo destaca as principais categorias conceituais e concepções epistêmico-teórico-metodológicas convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. O texto apresenta a vasta produção de estudos territoriais, fazendo referência a complexidade dos variados métodos e procedimentos metodológicos. O texto traz contribuições importantes para pesquisadores e pesquisas que abordam a temática do desenvolvimento territorial sustentável.

Os três artigos subsequentes tratam da ocupação e uso do solo e seus reflexos no rural. O segundo artigo, intitulado “As trajetórias da cobertura e do uso do solo nas Unidades da Federação do Brasil: uma análise de clustering de séries temporais

1985-2018” tem como autores Caio César Soares Gonçalves e Bruno Freitas Cortez. Neste artigo são identificadas as diferenciações espaço-temporais da cobertura e uso do solo no território brasileiro sob o recorte político-administrativo das Unidades da Federação. Os autores demonstram que as unidades da federação (UF) apresentam uma transformação de floresta natural para pastagem, representando a principal transição do solo brasileiro.

O terceiro artigo, agora sobre a região de Alagoas, intitulado “Caracterização agropecuária e do uso do solo no município de Arapiraca – Alagoas” é de autoria Altanys Silva Calheiros, Lorena de Medeiros Barros Melo e Telma Lucia Bezerra Alves Aires. O estudo apresenta o cenário da zona rural e mudanças em sua extensão no município de Arapiraca entre 2006 e 2017, sob um viés jurídico. A pesquisa destaca que houve uma alteração substancial no meio rural, como a redução da área e de unidades de estabelecimentos agropecuários, redução da população rural e redução de áreas ambientais com regime especial de proteção. O estudo identificou a expansão dos perímetros e usos urbanos em desacordo com o Plano Diretor da cidade, algo que tem sido recorrente no ordenamento territorial brasileiro.

O quarto artigo intitula-se “Diversificação produtiva em áreas cultivadas com tabaco: uma experiência no município de Arroio do Padre/RS com sementes crioulas e variedades” e é de autoria de Germano Ehlert Pollnow, Roni Carlos Bonow, Marcio Marcelo Garcia Morales e Fábio André Mayer. O artigo discute a experiência que vem sendo desenvolvida no município gaúcho de Arroio do Padre. De acordo com os autores foi possível observar a melhoria na distribuição, promoção de troca e/ou comercialização de sementes e mudas crioulas e variedades de milho, feijão, cebola, batata-doce e abacaxi para cerca de 80 famílias. O artigo demonstra que a conservação da agrobiodiversidade é potencializada pela participação e apoio das entidades prestadoras de serviços num contexto de valorização da sustentabilidade e da agroecologia.

Em diálogo com os artigos anteriores, o quinto e o sexto artigo deste número destacam reflexões relativas à água e mares. O quinto artigo intitula-se “Análise da presença de microplástico em bivalves (perna perna): estudo de caso no município de Matinhos, Litoral do Paraná” e é de autoria de Juliana Araújo Machado, Heloísa Fernandes, Mariana Gallucci Nazário, Suzane de Oliveira e Allan Paul Krelling. O artigo buscou analisar e quantificar a presença de microplásticos em bivalves selvagens (Perna perna) comercializados em Matinhos. A análise do material filtrado indicou a existência de fragmentos plásticos no formato de fios/fibras, fragmentos, filamentos e esferas, comprovando a existência do

material. Os resultados do estudo são subsídios para a tomada de decisão e definição de áreas prioritárias para estudos posteriores.

O sexto artigo apresenta o tema “Gestão de água na irrigação e modificações na cobertura do solo em reservatório artificial no semiárido brasileiro”, de autoria de Patrício Rinaldo dos Santos, Breno Leonan de Carvalho Lima, Ailton Alves de Carvalho, Hernande Pereira da Silva, Soraya Giovanetti El-Deir, Renilson Pinto da Silva Ramos, Fernando da Silva Alexandre, Ana Célia Saraiva de Moura Garcia, Valdilene Valdice de Santana e Iana Karla Tavares Batista Nunes Leal. O estudo relata o processo de gestão das águas para atividades agrícolas e identifica espaço-temporalmente alterações nas classes de uso e cobertura do solo. Dados históricos do uso da água do açude demonstrou que os solos próximos possuem elevado potencial para irrigação, mas devido aos índices de evaporação superiores aos de precipitação, além do uso exagerado da água, tem ocorrido a salinização, redução real do açude em 1995, 2003 e 2019, tais fatores tem requerido um modelo sustentável de produção.

O sétimo artigo congrega aspectos de uso do solo e recursos hídricos e intitula-se “Porto Alegre – RS possui áreas passíveis de implantação da trama verde azul?”, tendo como autores de Graziela Rossatto Rubin e Bianca Vargas Acunha. O artigo verifica a existência de áreas para a implantação da Trama Verde Azul na cidade de Porto Alegre, considerando aspectos físicos, de hidrografia e de uso do solo. Os autores concluem que existem áreas para a implantação de uma Trama Verde Azul na cidade. O artigo propõe novas análises e uma pesquisa de campo para a verificação de como será a implantação da Trama Verde Azul em Porto Alegre.

Essa edição também apresenta em seu oitavo artigo o tema “Licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura e a conservação da natureza no Litoral do Paraná: acordos e invisibilidades no caso da ferrovia Lapa-Paranaguá”, de autoria de Liz Meira Góes, Cristina Teixeira, Luiz Francisco Ditzel Faraco e Carina Catiana Foppa. O artigo traz uma análise do processo de discussão do Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental (EVTEA) da ferrovia Lapa-Paranaguá, uma das etapas iniciais do processo de licenciamento ambiental. Os autores identificaram assimetrias de poder entre os protagonistas do estudo, assim como interesses conflitantes em torno de soluções para impedir ou mitigar os impactos ambientais da obra. Do processo de elaboração do EVTEA resultou no atendimento de algumas demandas relativas às unidades de conservação, mas os povos e comunidades tradicionais não participaram do estudo e foram invisibilizados nas decisões sobre o traçado da ferrovia.

O nono artigo desta edição apresenta “Experiências interdisciplinares da Linha

do Rural da Turma XIII do PPGMade: elementos para compreender e intervir na complexa problemática socioambiental, de autoria de Rodrigo Ozelame da Silva, Jairo Antonio Bosa, Renata Borges Kempf, Maria Wanda de Alencar, Camila Eduarda Viana, Valdir Frigo Denardin, Valter Roberto Schaffrath e Carolina dos Anjos de Borba. Analisando a prática do exercício interdisciplinar da Turma XIII, os autores demonstraram que ainda que contenha contradições, a experiência da Linha do Rural da Turma XIII é, ao menos, uma tentativa de rompimento com a hiperespecialização e construção de processos coletivos e interdisciplinares que pode servir como referência para outras práticas, vinculadas às questões socioambientais, como as discussões em torno do desenvolvimento sustentável.

O décimo artigo intitula-se “Gestão participativa como proposta para aproximar os visitantes do cuidado das áreas naturais: o manejo de uma trilha de ciclismo de montanha”, de autoria de Carolina Teixeira Bartoletti e Teresa Cristina Magro Lindenkamp. Na Estação Experimental de Tupi, no município de Piracicaba/SP, existe a visita de ciclistas de montanha que, devido ao ciclismo não ter sido uma atividade prevista no Plano de Manejo, utilizam trilhas inicialmente pensadas para pedestres. Foi proposto para estes visitantes o planejamento e manejo participativos de uma trilha para ciclismo, inspirados na experiência do sudoeste australiano. O processo de gestão participativa iniciou com a aplicação de questionários, teve sete encontros para o planejamento e manejo da trilha e culminou na abertura da Trilha do Limoeiro. O estudo demonstrou que processos democráticos podem promover melhor relação entre ambientes a serem conservados e uso por parte da cidadania.

O décimo primeiro artigo traz o tema “O consumo colaborativo no contexto socioeconômico de vulnerabilidade social: o caso da comunidade Pequenos Profetas” de autoria de Denys Marques de Oliveira e Angela Cristina Rocha de Souza. O artigo buscou analisar como o consumo colaborativo modifica o contexto de pessoas em situação socioeconômica de vulnerabilidade social. Como resultado, ficou evidente que as práticas de consumo colaborativo de reuso, produção compartilhada de bens de consumo, consumo com foco na sustentabilidade, redução de desperdício, desenvolvidas pelos participantes do caso estudado têm contribuído para modificar o contexto socioeconômico dos participantes, contribuindo na melhoria da qualidade de vida e nutricional dos participantes, processo de geração de renda nas famílias, fomento ao empreendedorismo e pertencimento social.

O décimo segundo artigo, intitulado “A história ambiental como campo historiográfico e sua oferta como disciplina nos cursos de graduação em história em Goiás no ano de 2018”, é de autoria de Jéssica Dafico Moreira da Costa Gomes e Adriana Aparecida Silva. Teve o intuito

de verificar a relevância da disciplina de história ambiental nos cursos de graduação em história, analisando as matrizes curriculares dos cursos de graduação presenciais, ofertados em Goiás, comparando-as às grades dos 10 melhores cursos de graduação em história do país, utilizando o ranking elaborado pela Folha de São Paulo, em 2018. O estudo conclui que embora transcorridos 49 anos, desde a primeira vez que a disciplina de história ambiental foi ofertada no mundo, sua inserção nos cursos de graduação em história no Brasil ainda é escassa, estando presente em apenas 20% dos cursos pesquisados, demonstrando que essa é uma disciplina marginal no campo da história.

Por fim, não podemos deixar de fazer nosso agradecimento especial aos autores, revisores, equipe de editores e técnicos da Guaju, bem como da Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná, pelo suporte técnico e humano competente, em especial, nesse contexto adverso em que o Brasil e o mundo se encontram.

Convidamos a todas e todos a contribuírem com a Guaju e a promoverem o debate socioambiental no país, submetendo resultados de estudos e pesquisas. Desejamos uma excelente leitura!

As editoras

Elaine Cristina de Oliveira Menezes

Natália Tavares de Azevedo